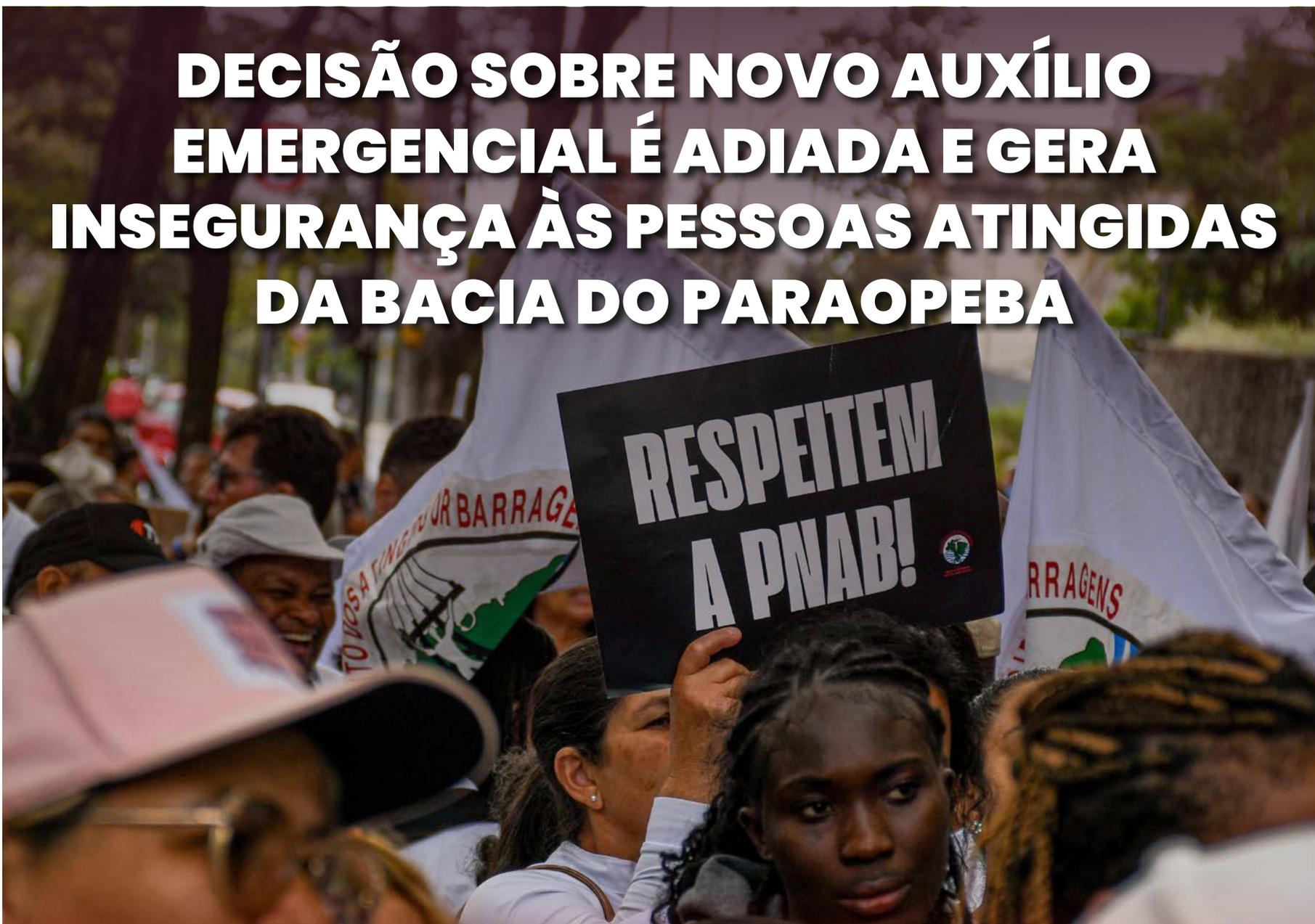


DECISÃO SOBRE NOVO AUXÍLIO EMERGENCIAL É ADIADA E GERA INSEGURANÇA ÀS PESSOAS ATINGIDAS DA BACIA DO PARAOPEBA



HISTÓRIAS ATINGIDAS

Leandro, atingido do Tejuco em Brumadinho, fala da sua relação com as imagens e a paixão pelo cinema

pág. 04

ANEXO I.1

5ª Rodada das Reuniões Intercomunitárias define composição dos Conselhos Locais e Regionais nas regiões 1 e 2

pág. 05

INSEGURANÇA EM BRUMADINHO

Agência Nacional de Mineração eleva para 2 o nível de risco da barragem da EMICON

págs. 08 e 09

DANO AMBIENTAL E A SAÚDE

Comunidade do Pires, em Brumadinho, sofre com o Sistema de Tratamento de Esgoto

pág. 10

EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas, Mateus Leme com PCTRAMA) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual
Cauê Melo
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba

Gerência Geral

Diva Braga
Gabriela Cotta
Ranúzia Neta

Coordenação de Comunicação

Elaine Bezerra

Gestão Operacional

Valmir Macêdo

Equipe de Comunicação

Jornalistas:

Felipe Cunha, Lucas Jerônimo,
Valmir Macêdo, Diego Cota,
Júlia Rohden, Douglas Keesen,
Isis de Oliveira, João Dias

Diagramação:

Aleff Rodrigues, Julia Rocha,
Wagner Túlio Paulino

Edição e Revisão:

Elaine Bezerra
Valmir Macêdo

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

Contatos Aedas Paraopeba:

Telefone - (31) 9 9840-1487

Região 1 - Brumadinho

atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Região 2 - Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Mateus Leme/PCTRAMA

atingidosparaopeba2@aedasmg.org

JUSTIÇA GARANTE DIREITO À ASSESSORIA TÉCNICA COM ISONOMIA EM TODA BACIA DO PARAOPEBA



Foto: Felipe Cunha/Aedas

Manifestação no MPMG em defesa das ATIs

Prevista na legislação estadual e federal, a Assessoria Técnica Independente é uma ferramenta da população atingida, reconhecida como um direito. É medida de reparação, ratificada também nos autos da Ação Civil Pública do caso do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho. Por ser um direito, pode e deve ser objeto de apreciação judicial, já que mesmo garantido na lei, só se efetiva no sistema de justiça a partir da mobilização e da luta da população atingida.

“
Acreditamos e esperamos na mobilização e organização do povo!

Mesmo diante de tantas iniciativas para fragilizar o direito à ATI na Bacia do Paraopeba, o juiz do caso, Dr. Murilo Silvio de Abreu, proferiu decisão em defesa da aplicação desse direito de forma isonômica em toda a Bacia, já que pelas últimas movimentações realizadas pelas Instituições de Justiça, com subsídios da CAMF, ocorreria prejuízos sensíveis à participação e à reparação das Regiões 1 e 2. O juiz entendeu que os parâmetros utilizados pela CAMF, em estudo de complementação de recursos, foram desiguais. O estudo propunha um valor insuficiente para o atendimento das populações atingidas do epicentro do rompimento e seu entorno, o que inviabilizaria a continuidade do assessoramento.

Diante disso, no dia 24/08, determinou que a CAMF corrija o estudo de complementação para a Assessoria Técnica Independente das Regiões 1 e 2, uma vez que adotou critérios injustificados e não objetivos,

gerando desigualdades profundas no assessoramento. Na decisão, o juiz dá o prazo de 2 dias para a CAMF se manifestar e apresentar a correção do estudo. Após tal retificação, também foi determinado que a Aedas se manifeste sobre o interesse em continuar o assessoramento nas regiões em que atua, bem como o processo de construção do direito à Assessoria Técnica Independente.

Assim, a Aedas aguarda as movimentações e celebra cotidianamente a luta e a força da população atingida, reafirmando seu compromisso com a participação, em condições efetivas e dignas. Acreditamos e esperamos na mobilização e organização do povo! Reafirmamos toda a nossa disposição e compromisso, sobretudo em um momento tão relevante para a construção da reparação e da retomada de vida nas comunidades e regiões atingidas.

VOZES DA GENTE

Nesta edição do Vozes da Gente, vamos falar sobre a 5ª rodada das Reuniões Intercomunitárias, realizadas entre os dias 19 e 29 de julho nas regiões 1 e 2. O Vozes da gente traz para você alguns depoimentos que expressam a importância desse momento para as comunidades.

OS ATINGIDOS SÃO A BASE DA PIRÂMIDE!

“ O conselho local é muito importante porque está na base da pirâmide, que somos nós atingidos. Com sua criação, vamos poder, através do debate, construir os projetos para atender nós atingidos.



GILMAR MATOZINHOS,
Colégio Martins, Brumadinho

UNIÃO E EFETIVAÇÃO POR NOSSAS COMUNIDADES

“ Tem grande importância a comissão dos atingidos para levantar e discutir as ideias que são importantes para reparação para nossa comunidade e efetivação desses projetos.



LEVI DUARTE,
Presidente, Brumadinho

QUE TODAS COMUNIDADES TENHAM DIREITO!

“ Minha expectativa é que nossas comunidades que foram atingidas pelo crime da Vale, sejam reparadas com o Anexo I.1. A expectativa é que outras comunidades, também possam entrar para terem seus danos reparados.



TATIANA RODRIGUES,
Vale do Sol, São Joaquim de Bicas

CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DO DIÁLOGO

“ A gente vê que os conselhos são capazes de fazer, de realizar. O debate tem sido maduro e essa maturidade é que nos faz estar aqui dialogando. Então, tô achando muito bom, estou muito feliz com a participação do PCTRAMA, coletivo que faço parte.



BABA EDVALDO, ILÊ AXÉ ALÁ TOOLORIBI,
Francelinos, Juatuba

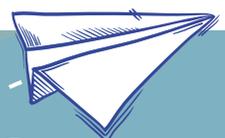


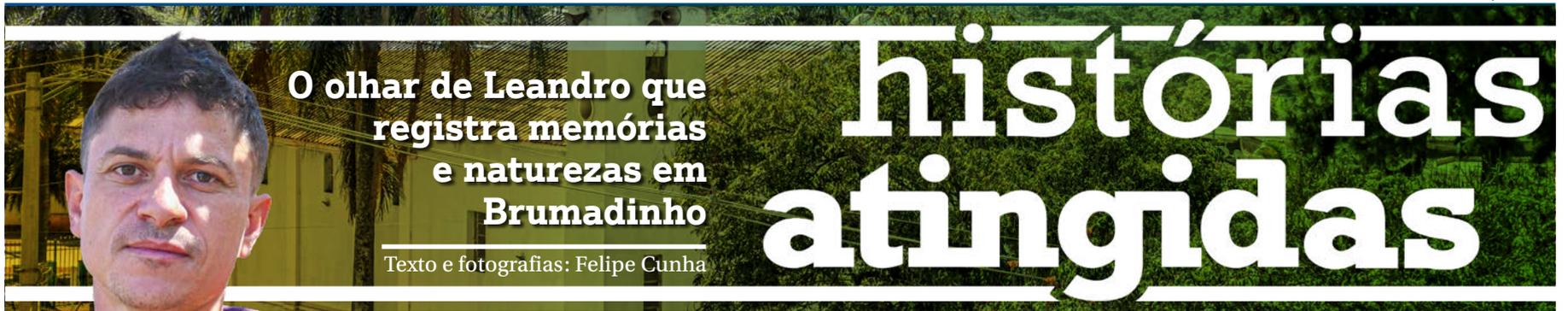
Participe do Vozes da Gente!
Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | [@aedasmg](https://www.instagram.com/aedasmg)





O olhar de Leandro que registra memórias e naturezas em Brumadinho

Texto e fotografias: Felipe Cunha

▪ **LEANDRO JORGE**
36 ANOS, TEJUCO,
BRUMADINHO

Leandro nasceu na comunidade do Tejuco, em Brumadinho. Cresceu cercado por natureza, mata atlântica, cerrado e cachoeiras. “Minha infância foi explorar tudo ao redor. Aqui tem uma diversidade muito grande de cenário de natureza. Ia para cachoeiras, brincava na rua, no Pico dos Três Irmãos”, recorda.

Desde cedo, Leandro desenvolveu um olhar sensível. Gosta de registrar em fotos e vídeos as formas da natureza. Na adolescência, descobriu a paixão pelo cinema. Mas, como muitos jovens da região, acabou fazendo o curso técnico em mineração junto ao ensino médio.

Mais tarde, chegou a ingressar em uma faculdade de cinema, mas precisou interromper os estudos por dificuldades financeiras. Isso, porém, não o afastou da arte: trabalhou como fotógrafo, montou sua própria produtora, registrou eventos, produziu publicidade e desenvolveu projetos autorais.

No Tejuco, realizou um documentário para dar visibilidade ao clube de futebol Juventus, fundado em 1968, e dirigiu o curta “Telas Artificiais”, com adolescentes da comunidade.

Durante a pandemia, a produtora precisou fechar. Hoje, Leandro trabalha em outro ramo, mas não abandonou os planos de retomar o cinema.

“Gosto de fotografar a natureza por causa do contraste que ela tem e da riqueza de diversidade. Às vezes, em poucos metros, há uma biodiversidade muito grande, cenários rochosos, matas fechadas, campos floridos, unindo as brumas de Brumadinho com o sol”, explica Leandro.

Para ele, a fotografia é um instrumento de memória: “Ela eterniza cenários e consegue mostrar como era antes e como é agora. Em questão de um ano, um espaço verde pode virar uma cor terrosa”, diz.

“Fotografar é colocar na sua visão o lugar que você nunca vai ver duas vezes. Você fará um registro e ele nunca será o mesmo, seja um retrato, uma paisagem, uma abelha, um pássaro. É um momento que não vai se repetir, e ele é único”.

Leandro perdeu amigos pelo desastre-crime e fotografou o rio Paraopeba um mês após rompimento: “Na edição, deixei o rio

com um tom avermelhado. Pois havia sangue no rio das pessoas que perderam suas vidas”. Hoje, ele escreve o roteiro de um documentário, que está em fase inicial de filmagem, com a proposta de mostrar “a versão dos próprios atingidos e falar do crime contínuo”, em contraponto à narrativa da mineradora Vale.

Assim, Leandro transforma cada clique em um gesto de

arte e de cuidado. Suas imagens não apenas guardam lembranças e belezas, mas também revelam a importância de proteger vidas e territórios. Fotografar, para ele, é mais do que observar, é testemunhar e preservar. Em cada registro, deixa gravada a certeza de que a fotografia pode ser capaz de inspirar novos olhares sobre o mundo.



PESSOAS ATINGIDAS DEFINEM COMPOSIÇÃO DE CONSELHOS NA 5ª RODADA DE REUNIÕES INTERCOMUNITÁRIAS DO ANEXO I.1

GOVERNANÇA POPULAR. Próxima etapa é a inauguração dessas instâncias junto à Entidade Gestora

Lucas Jerônimo

Com o objetivo de definir a composição dos Conselhos Locais e Regionais da Governança Popular do Anexo I.1, lideranças atingidas das Regiões 1 e 2 participaram, entre os dias 19 e 29 de julho, de mais uma rodada de Reuniões Intercomunitárias.

Além das indicações para a composição dos Conselhos, as pessoas atingidas receberam da ATI a proposta inicial do regimento interno, construído coletivamente em reuniões anteriores.

A partir das proposições de atingidos e atingidas, a proposta de regimento trata de pontos como estruturação, composição e funcionamento dos Conselhos Locais. Em Brumadinho, foram 11 encontros, sendo 10 presenciais e 1 virtual. Já na Região 2, aconteceram 12 encontros presenciais com agrupamentos de seis municípios atingidos.

E AGORA?

De acordo com cronograma divulgado no início de julho, os Conselhos Locais e Regionais com composições definidas pelas lideranças atingidas nessa rodada de RIs, serão inaugurados junto à Entidade Gestora. Os Regionais com inauguração prevista de 30 de agosto a 6 de setembro e os Locais de 20 de setembro a 18 de outubro.

OS ENCONTROS

Atingidos e atingidas manifestaram suas expectativas para execução do Anexo I.1, parte única do Acordo de Reparação que prevê a participação direta das comunidades nas decisões desse processo que diz respeito aos direitos e à vida da população atingida.

Izadora Solha, atingida moradora da Cohab, em Brumadinho, lembrou dos danos deixados pelo desastre-crime e o desejo de ver o Anexo I.1 acontecer como reparação de fato. “Não é fácil



Fotos: Lucas Jerônimo / Aedas

Lideranças quilombolas em diálogo sobre o Anexo I.1



RI com lideranças das comunidades quilombolas de Brumadinho

para a gente estar aqui, principalmente quando lembramos de tudo o que aconteceu. [O Anexo I.1] é uma coisa que a gente está tentando transformar em coisa boa. Então eu acho que é o que a gente tem feito. Está sendo um processo vagaroso, mas está sendo construído. Foi muito rápida a destruição que a tragédia causou e impactou na nossa vida, na nossa comunidade, mas mesmo esse processo de construção sendo difícil, ele está caminhando”, afirmou.

Babá Edvaldo, liderança atingida do Ilê Axé Alá Tooloribi, de Juatuba, na região 2, também compartilhou sua avaliação deste momento durante a rodada de RIs.

“[O Anexo I.1] é uma coisa que a gente está tentando transformar em coisa boa”

“Espero que esses conselhos sejam espaços reais de participação, onde possamos criar nossos próprios modelos e ocupar os espaços, sem a tutela dominadora. Que os conselhos tenham força para se opor a isso, com base nas informações que temos sobre os danos sofridos e sobre como devemos ser reparados”, disse.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS ADIA JULGAMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL



Foto: Diego Cota / Aedas

Direito ao Auxílio Emergencial está resguardado na Peab e PNAB, fruto da luta das populações atingidas

“Mesmo após seis anos do desastre-crime, as condições de vida da população atingida anteriores ao rompimento não foram restabelecidas”

IMPASSE. A decisão foi baseada na incerteza de qual instância compete julgar o caso

Isis de Oliveira

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) adiou na quinta-feira (21/08) o julgamento da ação civil pública que cobra a concessão de um novo auxílio emergencial e em substituição ao Programa de Transferência de Renda (PTR) para as pessoas atingidas da Bacia do Paraopeba. A decisão foi motivada pela indefinição sobre qual instância deve julgar o caso. Com isso, o ato previsto para o dia 25 de agosto foi adiado.

A mobilização, organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), contaria com a presença das pessoas atingidas das cinco regiões da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias em frente à sede



Foto: Diego Cota / Aedas

Em ato no dia 11/07, as pessoas atingidas pautaram o direito à Assessoria

do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde ocorreria a audiência de julgamento com a Exma. Sra. Juíza Convocada Maria Dolores Gióvine Cordovil sobre o tema.

No dia 25/08 o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) fez uma live para informar as pessoas atingidas sobre o andamento e próximos passos do processo. Nas redes sociais, eles também destacaram apoio as pessoas atingidas e informaram

“Tal corte significa um prejuízo imenso e iminente violação de direitos das pessoas atingidas”

que seguem acompanhando com atenção a luta delas e a garantia da aplicação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

“A justificativa foi a incerteza sobre quem deve julgar o caso. Desculpa usada que só adia a efetivação dos direitos dos atingidos. Essa medida do TJMG é um descaso com a fome e a miséria na Bacia do Paraopeba. Será que a Vale está com medo de nossa mobilização e está influenciando o

TJMG?”, questionou o movimento.

A situação se tornou ainda mais preocupante e urgente com o fim do PTR previsto para dezembro, conforme sinalizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Joelisia Feitosa, liderança atingida da região 2 em Juatuba, ressaltou que sem uma solução a vida das pessoas atingidas está à beira de um colapso social. Ela também destacou que o auxílio emergencial é fundamental para cobrir despesas básicas como aluguel, saúde e alimentação, para que a população atingida possa sobreviver.

“Em toda a Bacia do Paraopeba, desde Brumadinho até a Represa de Três Marias, temos mais de 150 mil pessoas com acesso ao Programa de Transferência de Renda (PTR). Já era um valor insuficiente, diante das necessidades da população atingida que hoje não tem mais o rio como acesso para alimentação, para geração de renda, trabalho e emprego, e isso se agravou, por isso vamos nos manter firme na luta para assegurar o mínimo de dignidade até que nós tenhamos de fato o acesso a reparação integral e a indenização individual”, apontou.

O movimento também informou que no dia 5 de setembro, Dia da Amazônia, haverá atos e ações de agitação e visibilidade da luta nas comunidades. Entre as pautas, está a exigência da garantia do auxílio emergencial em substituição ao PTR, assim como a cobrança das ações voltadas a reparação socioambiental.

RELEMBRANDO

Em julho deste ano, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) já havia se posicionado a favor do pagamento de um novo auxílio, que seria custeado pela Vale. O que sustenta a argumentação é que, mesmo após seis anos do desastre-crime, as condições de vida da população atingida anteriores ao rompimento não foram restabelecidas e assim como a reparação integral dos danos. De acordo com o MPMG, o novo auxílio não está previsto no acordo judicial com a Vale, mas é uma medida urgente e necessária.

A defesa do auxílio também se apoia em dispositivos legais, como a Política Nacional dos

Atingidos por Barragens (PNAB) e a Lei Estadual 23.795/2021, que asseguram o direito à reparação integral dos atingidos e a centralidade do sofrimento da vítima no processo de reparação.

A ação judicial em curso é de ampla complexidade jurídica e, além do pedido principal, traz a necessidade da participação efetiva da população atingida no processo, respeitando a necessidade de protocolo de consulta, quando necessário, e o

acompanhamento das ATT's para a garantia da devida participação informada.

O pedido inclui a criação de um novo auxílio equivalente a pelo menos um salário-mínimo ou a prorrogação do PTR até 2031, data prevista pela própria Vale como fim do processo de reparação. Alternativamente, propõe-se a extensão do programa até 2026, de acordo com as avaliações técnicas.



Foto: Felipe Cunha/Aedas

Ato pela continuidade do PTR ou Novo Auxílio em Belo Horizonte

BARRAGENS EM EMERGÊNCIA: INSEGURANÇA, OMISSÃO E RISCO AMPLIADO NA BARRAGEM DA EMICON

INSEGURANÇA. População vive episódio de medo enquanto o “PL da Devastação” ameaça enfraquecer ainda mais os mecanismos de proteção socioambiental

Equipe Marcadores Sociais da Diferença e Diego Cota

Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, volta a conviver com o medo. No dia 23 de julho, a Agência Nacional de Mineração (ANM) elevou o nível de emergência da barragem B1A, de responsabilidade da empresa Emicon Mineração e Terraplenagem, para o Nível 2. A medida indica agravamento na estabilidade da estrutura e exige a evacuação imediata da Zona de Autossalvamento (ZAS). Com isso, cerca de 40 pessoas, distribuídas em 29 residências, precisaram ser evacuadas.

“

**Só em
Brumadinho,
há 22
barragens,
sendo oito
com DPA alto**



Foto: Maria Julia / Prefeitura de Brumadinho

Atingidos residentes na ZAS da barragem da Emicon tiveram que deixar suas casas

A barragem, localizada na Fazenda do Quéias, está inserida em uma região de alta relevância ambiental e hídrica, próxima ao Rio Veloso e ao reservatório do Rio Manso, manancial que abastece parte significativa da Grande BH. A elevação da emergência reacende temores em um território que ainda vive os danos do rompimento da barragem da Vale, ocorrido em 2019, desastre-crime que matou 272 joias e devastou comunidades inteiras.

O alerta da ANM sobre a B1A não é um caso isolado. Segundo

levantamento do Observatório de Barragens de Mineração (OBaM), do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Educação Mineração e Território (EduMiTe), o local faz parte de um complexo de sete barragens, com estruturas das empresas Emicon, Comisa e Mina Ipê. Quatro dessas barragens estão com nível de emergência acionado — sendo a B1A em Nível 2 —, todas com Dano Potencial Associado (DPA) alto, ou seja, com capacidade de provocar mortes e severos impactos ambientais e sociais em caso de rompimento.

RESOLUÇÃO ANM Nº 95/2022

Dano Potencial Associado (DPA): dano que pode ocorrer devido ao rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, a ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas, impactos sociais, econômicos e ambientais.

O cenário é agravado pela constatação de que as estruturas da Emicon estão em estado de abandono. Não há presença de funcionários, tampouco sistemas de alerta e videomonitoramento ativos. A empresa não entregou a Declaração de Conformidade e Operacionalidade (DCO), documento essencial para o Plano de Ação de Emergência. A barragem B1A, embora desativada desde 2014, segue sem plano de descaracterização. Além disso, o volume atual de rejeitos é 25% superior ao originalmente licenciado.

APROVADA LEI QUE AFROUXA REGRAS PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O episódio ocorre em meio à ameaça de retrocesso representada pelo Projeto de Lei 2.159/2021, apelidado de “PL da Devastação”. O projeto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de agosto de 2025, resultando na Lei 15.190/25, que estabelece regras gerais para o licenciamento ambiental no Brasil. No entanto, o presidente vetou 63 dispositivos do texto aprovado pelo Congresso Nacional. Entre eles, a mudança na Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006), o dispositivo que instituiu o autolicensing, no qual o empreendedor poderia obter autorização apenas preenchendo um formulário online, sem estudos prévios nem análise técnica.

Além disso, foi retirado do texto o trecho que desconsiderava, no licenciamento, áreas indígenas e quilombolas cuja regularização fundiária ainda não estivesse finalizada. No entanto, em uma decisão que gerou controvérsia, o governo federal optou por preservar um dos pontos mais criticados do projeto: a criação da Licença Ambiental Especial (LAE).



A elevação da emergência reacende temores



Foto: Diego Cota / Aedas

A presença de estruturas de mineração no município deixa em alerta população atingida

DE ACORDO COM DADOS LEVANTADOS PELO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL:

Em dezembro de 2018, a Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam) reduziu a classificação – de alto potencial de impacto para médio potencial de impacto ambiental – de todo o complexo de mineração Paraopeba, da

Vale, inclusive do reservatório de rejeitos da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Realizada com base numa mudança da legislação estadual, a medida permitiu a simplificação do licenciamento do empreendimento, que era tri-fásico e passou a ser feito em apenas uma fase.

Mais tarde, foi apontada como uma das razões do colapso da barragem. Com as mudanças previstas na legislação, 85% dos projetos de mineração em Minas Gerais, incluindo suas barragens, passariam a obter licença automática, de acordo com uma nota técnica do ISA.

LEVANTAMENTO DE BARRAGENS

Minas Gerais concentra hoje 36% das barragens de mineração do Brasil, sendo também o estado com maior número de estruturas com níveis de alerta e emergência. Só em Brumadinho, há 22 barragens, sendo oito com DPA alto. A ausência de dados acessíveis e atualizados sobre

essas estruturas fere direitos fundamentais, como o acesso à informação, à proteção e à vida segura.

Para monitorar a situação das barragens, a população pode acessar o Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM), no site da

ANM. O sistema permite consultar informações detalhadas por município, acompanhar níveis de emergência e visualizar áreas de risco, como a Zona de Autossalvamento (ZAS) e a Zona de Salvamento Secundário (ZSS).

916

Barragens na base de dados da ANM

328 Em Minas Gerais

22 Em Brumadinho

19

Na Região 2 empreendimentos nos municípios de Betim, Igarapé e Mateus Leme

COMUNIDADE DO PIRES, EM BRUMADINHO, SOFRE COM SANEAMENTO PRECÁRIO E RACISMO AMBIENTAL

DESCASO. Moradores convivem com instalações de saneamento básico que têm causado problemas de saúde pública e danos socioambientais

Equipe MSD e Felipe Cunha

Quando falamos em racismo ambiental, muitas vezes pensamos em algo distante. Mas ele está presente no cotidiano, sobretudo em territórios negros e indígenas, historicamente expostos a desastres-crimes ambientais e a ausência de infraestrutura. Em Minas Gerais, Estado que mais minera no Brasil, essa realidade se confirma, entre outras comunidades, no Pires, em Brumadinho.

Entre os diversos danos no Pires, está o do saneamento básico. Logo após o desastre-crime da Vale, um Termo de Compromisso firmado entre a mineradora e o Ministério



Foto: Felipe Cunha / Aedas

Entrada do Pires, que fica na ZAS, área de risco de rompimento

Público previa obras de infraestrutura, incluindo o sistema de esgoto. No entanto, a execução desse termo se transformou em um grave problema de saúde pública e socioambiental.

O SISTEMA QUE FOI IMPOSTO

Sem participação nas decisões, a comunidade do Pires teve que aceitar um sistema de esgoto desconhecido. Em 2019, a Vale e a PRS Ambiental anunciaram três Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) coletivas com biodigestão anaeróbica e 30 ETEs unifamiliares.

Já na instalação, surgiram problemas: alterações não autorizadas nas redes, proximidade a cisternas e casas, aumentando os riscos de contaminação.

Enquanto a rede coletora avançava, em 2022 moradores identificaram que dois locais previstos para ETEs coletivas estavam sujeitos a inundações do rio Paraopeba. As empresas admitiram o erro, mas não ofereceram alternativas. Pouco mais de um ano depois, anunciaram a ampliação das ETEs unifamiliares de 30 para 83, abrangendo praticamente todas as casas do Pires.

AMEAÇAS E ABANDONO

Em muitos casos, a instalação das unidades ocorreu sob ameaça, coerção ou notificações judiciais. O modelo adotado transfere aos moradores a responsabilidade pela manutenção e pelo descarte de resíduos perigosos, expondo-os ao contato direto com fezes humanas pela falta de coleta e de suporte técnico. A PRS Ambiental, responsável pela instalação, abandonou a manutenção e orientou que os próprios moradores realizassem ajustes, sem assistência especializada. Enquanto isso, Vale, Prefeitura e Copasa se esquivam das responsabilidades, deixando a comunidade sem solução.

Sueli Araújo, liderança atingida, relatou que a obra emergencial acabou gerando ainda mais danos ao cotidiano da comunidade: “Minha casa tem ETE e traz muito problema pra mim e outros moradores, o mau cheiro, nós que temos que limpar, e nós que vamos ter que comprar o material para fazer limpeza e nem sabemos onde comprar, inclusive fizeram uma rede de esgoto na minha rua e colocaram uns PV (bueiro) que está vazando”.

Leia a reportagem completa em nosso site: aedasmg.org



O modelo adotado transfere aos moradores a responsabilidade pela manutenção

PESSOAS ATINGIDAS EXIBEM SEUS FILMES NO CINE PARAOPEBA

CINEMA. Mostra acontece entre 29 e 31 de agosto, no Cine Santa Tereza, com filmes feitos por pessoas atingidas, Assessorias Técnicas Independentes e sobre territórios em luta

Júlia Rohden

As pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho terão seus filmes exibidos para o público de Belo Horizonte durante o Cine Paraopeba. Organizada pela Aedas, a programação inclui cinco sessões que trazem reflexões sobre territórios e encerramento com curtas da produtora mineira Filmes de Plástico. Além da exibição de filmes, haverá debates, exposição fotográfica e oficinas. As atividades são gratuitas e acontecem nos dias 29, 30 e 31 de agosto, no Cine Santa Tereza.

Para a coordenadora de Comunicação da Aedas, Elaine Bezerra, a mostra é um convite à população de Belo Horizonte para se conectar, de outra forma, com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem. “O Cine Paraopeba é uma mostra pedagógica que entende o cinema enquanto um lugar de direito, no qual o trabalho de formação audiovisual está voltado às pessoas atingidas e aos frequentadores do Cine Santa Tereza, com foco em oficinas, debates formativos e exibição de filmes que possuem narrativas que dialogam com as culturas das águas e histórias que estão às margens dos grandes centros”, resume Bezerra.

A programação inicia no dia



Foto: Felipe Cunha / Aedas

Atividade é a segunda formação em Comunicação promovida pela Aedas e, também, inclui oficinas, debates, exposição fotográfica e programação infantil.

29 de agosto (sexta-feira) com quatro oficinas para adultos e duas oficinas para crianças destinadas exclusivamente para as pessoas atingidas dos territórios assessorados pela Aedas. Na sequência, haverá a exibição de nove curtas feitos pelas pessoas atingidas abertos ao público geral, seguido por debate com os diretores.

No dia 30 de agosto (sábado), acontece a Sessão Águas Infantil, composta por cinco filmes voltados para as crianças que têm como tônica o encontro com as águas e as tradições, seguido por debate com a equipe de pedagogia da Aedas. Depois, às 19h, inicia a Sessão Águas Adulto com quatro filmes nos quais indígenas, ribeirinhos, pescadores e foliões resistem e lutam em seus territórios.

“**O Cine Paraopeba é uma mostra pedagógica que entende o cinema enquanto um lugar de direito**”

A noite encerra com debate com representantes de Povos e Comunidades Tradicionais da Bacia do Paraopeba.

Por fim, no dia 31 de agosto (domingo), acontece a Sessão Assessorias Técnicas Independentes com filmes produzidos pelas instituições que assessoram as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem na Bacia do Paraopeba

e Represa de Três Marias. Na sequência, haverá debate com representantes dos filmes. A Sessão Filmes de Plástico encerra o Cine Paraopeba com exibição de filmes da produtora que conquistou notoriedade internacional ao lançar um olhar sensível e autêntico sobre as bordas — geográficas, sociais e simbólicas — de Minas Gerais.

Ao longo de todos os dias, o público também poderá apreciar a exposição fotográfica Histórias Atingidas - Retratos com imagens de familiares de vítimas, mulheres, jovens, idosos, agricultores, pessoas com deficiência, povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos de terreiro e de matriz africana), mostrando a diversidade dos territórios atingidos.

cine PARAO PEBA

ONDE EU NASCI PASSA UM RIO

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO:

29 AGO | 14H | SEXTA-FEIRA OFICINAS PARA ADULTOS

(exclusivas para pessoas atingidas):

Serão oferecidas quatro oficinas destinadas exclusivamente para as pessoas atingidas dos territórios assessorados pela Aedas:

VIDEOATIVISMO (com facilitação de Douglas Keesen e Wagner Paulino)

CINECLUBISMO (com facilitação de Cecília Godoi)

EXPRESSÃO CORPORAL (com facilitação de Iasmim Alice)

CENÁRIOS & ARTES (com facilitação de Karine Assis)

29 AGO | 14H | SEXTA-FEIRA OFICINAS PARA CRIANÇAS

(exclusivas para pessoas atingidas):

Serão oferecidas duas oficinas destinadas exclusivamente para as crianças atingidas dos territórios assessorados pela Aedas:

FOTOGRAFANDO PELAS JANELAS (com facilitação das educadoras da Aedas)

AUDIOVISUAL EM 1 MINUTO (com facilitação das educadoras da Aedas)

O CINE PARAOPEBA É UMA PROPOSTA DA AEDAS, INSTITUIÇÃO QUE ATUA NA DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS ATINGIDAS POR BARRAGENS E FOI ESCOLHIDA PARA SER A ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE DAS COMUNIDADES DE BRUMADINHO, BETIM, MÁRIO CAMPOS, JUATUBA, SÃO JOAQUIM DE BICAS, IGARAPÉ E MATEUS LEME.

Saiba mais:



29 a 31 AGO.

(SEXTA A DOMINGO)

Cine Santa Tereza

(Rua Estrela do Sul, 89 - Santa Tereza)

ENTRADA GRATUITA

Abertura e Sessão Aedas

29 AGO | SEXTA-FEIRA | 19H

Exibição de nove curtas feitos pelas pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho. Na sequência, debate com os diretores.

30 AGO | SÁBADO

Sessão Águas Infantil | 17H

Exibição de cinco filmes voltados para o público infantil que têm como tônica o encontro com as águas e as tradições. Na sequência, debate com a equipe de Pedagogia da Aedas.

Sessão Águas Adulto | 19H

Exibição de quatro filmes nos quais indígenas, ribeirinhos, pescadores e foliões resistem e lutam em seus territórios. Na sequência, debate com representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bacia do Paraopeba.

31 AGO | DOMINGO

Sessão Assessorias Técnicas Independentes | 17H

Exibição de filmes produzidos pelas Assessorias Técnicas Independentes que assessoram as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem na Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias. Na sequência, debate com representantes dos filmes.

Sessão Filmes de Plástico | 19H

Sessão de encerramento com exibição de três filmes da produtora Filmes de Plástico que conquistou notoriedade internacional ao lançar um olhar sensível e autêntico sobre as bordas — geográficas, sociais e simbólicas — de Minas Gerais. Na sequência, debate com Regiane Farias - Aedas.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

